



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

O MAR ENSINA: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE EXPANSÃO DO IFCE JUNTO AOS POVOS DO MAR DE CAMOCIM/CE

ANIELY SILVA BRILHANTE¹

ALCIDES FERNANDO GUSSI²

RESUMO

Este trabalho busca avaliar a política de expansão do IFCE e sua relação com os povos do mar de Camocim/CE. Trata-se de uma avaliação de caráter qualitativo, por meio de estudo de caso. Como resultados, o IFCE contribui para a mudança de vida dos familiares dos pescadores, contudo, o diálogo está institucionalmente embrionário, com possibilidade do IFCE rever os seus métodos pedagógicos.

Palavras-chave: Avaliação. Política de Educação Profissional e Tecnológica. Desenvolvimento. Povos do Mar.

ABSTRACT

This work evaluates the policy of expansion of IFCE, and its relationship with coastal people located in Camocim/CE. This is a qualitative assessment, carried out through a case study. As a result, the IF contributes to the change of life of the family of the fishermen. however, the dialogue is institutionally embryonic, with possibility of IFCE in revising its pedagogical methods.

Keywords: Evaluation; Professional and Technological Education; Development; Peoples of the Sea.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho fundamenta-se em uma pesquisa que busca integrar a expansão do IFCE (2003 a 2016) ao desenvolvimento local dos povos do mar de Camocim/CE. Os povos do mar são compreendidos, neste estudo, como uma comunidade tradicional que possui atividades de

¹ Instituto Federal do Ceará

² Universidade Federal do Ceará



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

subsistência no mar, como os pescadores e marisqueiras, com tradições próprias e conhecimento aprofundado sobre a natureza passado por gerações (DIEGUES et. al., 2000, p. 18).

O interesse por esse tema surgiu da experiência da pesquisadora como Assistente Social no Setor de Assistência Estudantil do IFCE *campus* Camocim. Fundamentou-se pelo trabalho do Serviço Social na educação, atuando no contexto escolar, familiar e comunitário, contribuindo para a redução das desigualdades socioeconômicas e para a justiça social, no desenvolvimento dos estudantes no exercício da cidadania, bem como apoiando na redução da evasão escolar (FCE, 2016).

Recém-chegada em 2014, a Assistente Social realizou um trabalho investigativo na cidade, chamado Territorialização³ de Camocim. Após essa experiência, alguns aspectos foram destacados: a condição dos povos do mar, a vida estudantil dos jovens matriculados em cursos do IFCE oriundos dos povos do mar e a imagem social do IFCE (pouco conhecido). Chamou a atenção a visão que alguns profissionais entrevistados tinham dos pescadores, que estes eram problemáticos, resistentes à mudança, pouco participativos. Sobre a escolaridade da população de Camocim, na década de 1960, a taxa de analfabetismo chegava a 68% da população (SILVA E AGUIAR, 2014). Estes, portanto, são os principais aspectos que compõem a gênese do problema que motivou esta pesquisa avaliativa.

No que se refere à vida estudantil dos povos do mar no IFCE, alguns estudantes ligados, direta ou indiretamente, às atividades da pesca artesanal procuravam o Serviço Social para solicitar apoio diante da dificuldade financeira para permanecer na instituição. Em grande maioria, por residirem em localidades da zona rural, ou localidades periféricas da sede, municípios circunvizinhos, sofrem com recurso insuficiente para custear as despesas de transporte. Chegavam ao IFCE com dificuldade, por meio de carro de horário⁴, transporte escolar, balsa, a pé, moto, mototáxi, ou de bicicleta. Demonstravam dificuldade em participar nas seleções para auxílio estudantil porque o familiar estava no mar e não conseguia entregar a documentação.

³ A territorialização ocorreu durante os meses de julho a novembro de 2014. Este estudo simbolizou o embrião que futuramente seria esta dissertação. Em linhas gerais, a territorialização constitui-se como uma metodologia de conhecimento e integração de uma política pública com a comunidade, buscando conhecer o perfil histórico, demográfico, ambiental, administrativo, político, social e cultural.

⁴ Em Camocim, o carro de horário é uma expressão nativa para denominar o uso das carrocerias de caminhonetes para o deslocamento de pessoas, conhecido antigamente como pau de arara, ainda muito comum na zona rural da região.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Há, portanto, uma série de questionamentos sobre como é a real necessidade dos estudantes do IFCE inseridos nas comunidades dos povos do mar, tais como: De que forma o IFCE chega a esse contexto? A formação dos alunos no IFCE geram transformações na realidade onde vivem? O que os povos do mar entendem sobre o IFCE? Como os objetivos de desenvolvimento, preconizados pela da Política de Expansão dos IF's estão sendo concretizados? Estas perguntas orientam a avaliação em questão.

Dessa forma, a pesquisa versa sobre o IFCE⁵ *campus* Camocim, inaugurado em 2010 como parte da 2ª fase da Política de Expansão da EPT, na transição entre Centro Federal de Educação Tecnológica, CEFET/CE e IFCE. Está inserido dentro da trajetória da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pública federal no Brasil, que possui 112 anos de história, passando por diferentes orientações de governos, propostas curriculares e de financiamento. Mas as transformações que essa política passou nos últimos anos foram significativas.

Considera-se, como pressuposto orientador da avaliação, que a referida expansão reconfigurou o perfil estudantil das instituições públicas federais de ensino. Um público como os povos do mar, quando chega ao IFCE, tem muito a aprender, mas também muito a ensinar. A chegada dos IFs em muitas localidades do interior do Estado representa a experiência de ter as primeiras gerações das famílias com acesso à formação superior, à pesquisa, à extensão e à organização política. Soma-se a isso, a chegada de alunos com outras demandas, como a baixa proficiência, com tempo escasso para participar de qualquer outra atividade acadêmica além do ensino (PEREIRA e ALBUQUERQUE, 2016, p. 49). Observa-se nos povos do mar histórias de superação, os alunos dos povos do mar têm um diferencial, pois são herdeiros de uma sabedoria popular diferente dos demais, e são aguerridos, no sentido de serem participativos, de valorizarem a experiência na instituição.

Diante do que foi apresentado, chega-se aqui ao objetivo deste trabalho: avaliar a política pública de expansão da educação profissional e tecnológica, no âmbito do IFCE e sua relação com o desenvolvimento dos povos do mar, localizados no município de Camocim/CE. Trata-se de responder a seguinte pergunta de partida: em que medida a política de expansão do IFCE vem

⁵ O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) representa uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, e é equiparado às universidades federais (BRASIL, 2008).

contribuindo para o desenvolvimento dos povos do mar de Camocim/CE? E de qual desenvolvimento se trata, diante do contexto local em que vivem os povos do mar?

A perspectiva teórico-metodológica avaliativa adotada fundamenta-se nos parâmetros de análise experiencial de Lejano (2012) e sua proposta interpretativa, próxima à abordagem etnográfica. Em linhas gerais, trata-se de uma proposta inovadora que insere os conhecimentos das Ciências Sociais na pesquisa avaliativa, e se contrapõe aos modelos clássicos positivistas que vêm orientando os estudos em políticas públicas. Lejano (2012) compreende a análise e a avaliação das políticas públicas partindo da experiência dos participantes, apreendendo a complexidade do cotidiano onde a política é implementada e efetivada, com o intuito de ir além dos aspectos meramente normativos. Segundo o autor, a partir desta dimensão prática, o avaliador deve integrar múltiplos conhecimentos, observando a relação entre suas normativas (texto) e o contexto onde são executadas no cotidiano, e assim elaborar uma descrição densa, ou seja, uma fusão de diferentes linhas de informação para uma percepção mais completa do todo que envolve a política.

Coadunada à perspectiva de Lejano, neste trabalho, a pesquisa de avaliação realizada tem caráter qualitativo, realizada primeiramente por meio da ampla compreensão da experiência de campo com os pescadores e seus familiares no bairro Praia, zona urbana de Camocim, entre 2018, 2019, e posteriormente a experiência institucional no IFCE *campus* Camocim.

A estratégia metodológica implementada utilizou os seguintes métodos e técnicas: a pesquisa bibliográfica e documental, observação de campo e entrevistas semiestruturadas. As ferramentas de registro utilizadas nessa etapa foram o diário de campo, entendido como um caderno de notas sobre impressões pessoais, observação de falas, comportamentos, relações (GIL, 2014, p. 295), como também foi realizado registro fotográfico.

2 UMA DISCUSSÃO ACERCA DA POLÍTICA DE EXPANSÃO DOS IFS, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ao estudar os aspectos que favoreceram a chegada do *campus* do IFCE em Camocim, em um contexto nacional, depreende-se que esta unidade foi resultado de uma conjuntura histórica política, o da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), promovida durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), e que teve continuidade no primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2014). Representou, outrossim, uma transformação na história dos IF's, hoje reconhecidos como instituições de grande

porte, que não permitem comparação internacional em país algum do mundo, como aponta Arcary (2015).

Desse modo, comparando com o período de 1909 a 2002, o Brasil teve 24 presidentes e construiu um total de 140 escolas técnicas federais. No período de 2003 a 2016, apenas durante a gestão de dois presidentes, foram construídas e inauguradas 504 novas unidades federais. Conseqüentemente, foi possível o aumento das matrículas, contratação via concurso público de professores e técnicos administrativos (MEC/SETEC, 2009). Todavia, as mudanças foram tanto quantitativas, com o aumento do número de *campi*, mas, sobretudo, quanto às estratégias políticas que se fundam a partir do modelo de desenvolvimento que norteou as ações do governo do Partido dos Trabalhadores, inaugurando uma outra institucionalidade e uma nova territorialidade (SANTOS, 2018, p. 113).

Assim, o fortalecimento da EPT ocorreu mediante o "Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica" de 2005, seguido dos demais planos de expansão. Na lei de criação dos IFs (nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008), observa-se a nova proposta de escolha das cidades, preocupada com o desenvolvimento local e regional com inclusão social, e uma nova territorialidade através da interiorização dos campi. O documento "Concepções e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica: política da EPT 2003- 2010" define o desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas (BRASIL, 2010, p. 14).

A relação entre educação e desenvolvimento entrou na agenda política brasileira pelas condições favoráveis à retomada do crescimento econômico do país nos anos 2000. Gerou, portanto, a exigência de trabalho qualificado e elevou a importância da formação profissional em todos os níveis. Nesse sentido, Rezende (2013) apresenta as principais razões para alavancar a EPT: o fato de que a ciência e tecnologia são fatores determinantes do desenvolvimento econômico e do bem estar social das nações; que o desenvolvimento científico e tecnológico não é privilégio de países centrais, que já possuem tradição; e que o desenvolvimento científico e tecnológico de cada país depende diretamente de investimento em políticas, atitudes e ações de seus governos. Os IFs foram vistos como espaços estratégicos de qualificação da mão de obra, uma frente estratégica visando o desenvolvimento socioeconômico e social. É, portanto, a bandeira de modernização do país levantada pelo governo da época.

Diante disso, a discussão teórica sobre desenvolvimento constitui a chave analítica para a compreensão do processo avaliativo aqui proposto sobre a expansão da EPT, no período de 2003



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a 2016, em suas interfaces com o contexto desta pesquisa, os povos do mar em Camocim. Isso porque determina que tipo de educação profissional é ofertada para as cidades na expansão da EPT, mais emancipadora ou mais atrelada aos ditames do mercado? Para tanto, será norteadas pelas reflexões do economista Celso Furtado (1980) junto à categoria desenvolvimento como mudança de estrutura, e as ideias de Bresser-Pereira (2010) acerca do Neodesenvolvimentismo.

Ao longo de sua obra, Furtado conclui que, dentro desse cenário do sistema econômico mundial, o subdesenvolvimento não é uma etapa para o desenvolvimento, mas uma forma específica deste último, na coexistência entre setores modernos e atrasados. Portanto, o autor defende que as causas do subdesenvolvimento estão interligadas ao processo de modernização periférica e a tendência à concentração de riqueza, sonegação de direitos sociais, precarização do mundo do trabalho, submissão à divisão do trabalho e a inserção internacional subalterna (FURTADO *apud* PAULA, 2013, p. 16). Em resumo, Celso Furtado concebe o desenvolvimento como uma mudança de estrutura do modelo econômico, priorizando as necessidades humanas e levando em consideração a cultura. O subdesenvolvimento, para o autor, ocorre não por acaso, mas intencional, pois acompanha o projeto de sociedade das lideranças econômicas mundiais, que se desenvolveram e “jogaram a escada fora”.

Já Bresser-Pereira analisa o desenvolvimento das últimas décadas como “novo desenvolvimentismo”. Representa o “terceiro discurso” entre o velho discurso desenvolvimentista e a ortodoxia convencional, fundamentando-se na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento. Consiste em um conjunto de valores, ideias, instituições e políticas econômicas através das quais, no início do século XXI, os países de renda média procuram alavancar o desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 17) através de: uma política macroeconômica consistente, baseada em equilíbrio fiscal, taxas de juros moderadas e taxas de câmbio competitivas; concebe os mercados como o mecanismo principal, com um mercado interno forte; os programas sociais universais, em especial os programas de transferência de renda. Dessa forma, não há mercado forte sem Estado forte, ampliam o papel do Estado como regulador e estimulador dos investimentos privados e da inovação (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 36). Bresser-Pereira indica que esse modelo é semelhante ao que ocorreu nos anos 2000, ou seja, a busca por uma alternativa ao modelo neoliberal, por meio de um Estado forte dentro dos moldes capitalistas. Assim, não se compromete com a mudança de estrutura, o que, na prática, gerou contradições e um modelo de crescimento limitado.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

E estas reflexões estão relacionadas diretamente à noção de educação profissional. São de maior importância para compreender a influência internacional para a concepção do tipo de EPT que foi idealizada nos anos 2000, uma vez que a proposta de capital humano, as noções de empreendedorismo, Arranjos Produtivos Locais e desenvolvimento local estão ligadas ao neodesenvolvimentismo, e, pode-se assim dizer, a proposta de politecnia⁶ para a emancipação humana e transformação social de Savianni (2007) mais coerente com as ideias de Celso Furtado.

Entende-se neste estudo que houve uma limitação da política de expansão da EPT na materialização de um modelo da EPT mais progressista da formação de cidadãos críticos, de acordo com a politecnia e educação integrada, como estava previsto nos documentos oficiais. Atravessado pelas tendências das disputas políticas internas, limitou o projeto de desenvolvimento local para reduzir as desigualdades sociais. Isso porque a redução das desigualdades sociais não ocorre exclusivamente em âmbito micro, requer um projeto maior de nação, como se pensa na superação das desigualdades estruturais de desenvolvimento proposta por Furtado (1980).

3 A EXPERIÊNCIA DO IFCE JUNTO AOS POVOS DO MAR DE CAMOCIM: SÍNTESE AVALIATIVA

3.1 Contexto: Camocim e os povos do mar

Camocim é uma cidade litorânea do extremo oeste do Estado do Ceará, com 145 anos de emancipação política. Considera-se um dos principais polos pesqueiros do Ceará. Vizinha à praia de Jericoacoara, Camocim possui uma distância da capital de 379,3km, conta com mais de 64 mil habitantes, e possui 64 km de praias, o que representa cerca de 10% do litoral cearense.

Cerca de 2.000 famílias vivem da pesca como principal fonte de renda atualmente, compreendidas neste estudo como povos do mar. Os trabalhadores da pesca são, antes de uma profissão, uma comunidade tradicional, semelhante aos quilombos e tribos indígenas. Dessa forma, o conceito de povos do mar se estende aos familiares, filhos, esposas, netos, dentre outros. E, enquanto comunidade tradicional, domina historicamente os saberes da pesca desde as primeiras povoações da cidade, com raízes na cultura indígena dos Tremembés. A pequena vila

⁶ A politécnica é compreendida como uma especialização com domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas que caracterizam o processo de trabalho moderno. Não significa a formação de técnicos especializados, mas de politécnicos (SAVIANI, 2007, p. 161). Busca, a partir do desenvolvimento do capitalismo e de sua crítica, superar a proposta burguesa de educação que potencialize a transformação estrutural da realidade.

de pescadores (atualmente bairro praia) se transformou. No bairro Praia encontra-se a Colônia de Pesca e Aquicultura Z1 de Camocim fundada na década de 1920. Já a presença do famoso porto e da estação de trem fortaleceram o desenvolvimento da cidade.

Para Carlos Augusto (2017), compreender a história da origem de Camocim é resgatar as características da ocupação cearense, e a variedade de povos que habitavam o território. A própria etimologia da palavra Camocim é reveladora de sua origem, pois a versão mais aceita pelos pesquisadores é de que Camocim estaria associada a palavra da língua Tupi “Camucis”, que significa potes ou vasos de barro onde realizavam seus ritos de morte, espécie de urna funerária (SANTOS, 2017, p. 14-15).

No século XVIII a fama do excelente porto atraiu desbravadores. Chegaram com o objetivo de trabalhar como “práticos”, ou seja, como guias para condutores de navios em áreas de trânsito naval difíceis ou desconhecidas. Contudo, eles somente conseguiram fazer a “praticagem” (trabalho do prático), com a ajuda de um velho índio Tremembé, um dos únicos moradores do lugar (MONTEIRO apud SANTOS, 2017, p. 35). A figura do índio é reconhecida como mestre, que através da sabedoria dos primeiros povos do mar, tiveram função primordial para o desenvolvimento de Camocim. A cidade se ergue à beira-mar, e o porto passa a ser um destino econômico dos navios de grandes companhias da época (SANTOS, 2017, p. 35).

Assim, Camocim aos poucos recebeu o título de cidade da pesca, sendo um ofício passado de pai para filho, tendo como maior professor o mar. Assim falou o mestre da embarcação entrevistada “o mar ensina, não tenho estudo, mas o mar ensina”. Na observação de campo foi relatado pelos entrevistados que as famílias dos pescadores sofrem historicamente com as dificuldades econômicas; a baixa escolaridade e não valorização dos estudos; abuso de álcool e outras drogas, sofrimento mental, depressão; migração dos pescadores para outros estados; abandono dos familiares pelos pescadores; muitos acidentes de trabalho com vítimas fatais; acidentes que resultam na deficiência física e na incapacidade para a vida laboral, desconhecimento das novas tecnologias para navegação, dentre outros.

Além disso, os entrevistados indicaram as parcerias desvantajosas com os atravessadores, os naufrágios e acidentes, a falta de acesso ao aprimoramento e tecnologias que possam dar mais segurança e conforto e aumentar a produtividade, elevando a renda do pescador artesanal. Ou seja, a atividade da pesca é reconhecida como uma das mais importantes para a economia do município, porém está envolvida em uma complexidade de relações socioeconômicas.

Em geral, a pesca com canoas representa uma pescaria de multiespécies, com inúmeras embarcações de madeira feitas artesanalmente, de pequeno porte, entre 3 e 8 metros, e tripulação em média de 3 pescadores por embarcação. A forma como é feita a pesca permanece desde as antigas gerações, a única mudança observada foi a utilização de GPSs, a rede de pesca industrial em alternativa da rede costurada artesanalmente e o motor de rabeta. É perceptível que a negociação não é tão vantajosa, mas continua sendo tradicional para a pesca em canoas.

Na educação, a sazonalidade das idas ao mar, ausentes muito tempo, o preconceito com o modo de vida (exemplo exalar cheiro de peixe), fragilidade do ponto de vista da vulnerabilidade social, somado à políticas públicas de educação insuficientes explicam em parte um dado da época, o baixo índice educacional dos povos do mar de Camocim, com grande incidência de analfabetismo e ensino fundamental incompleto.

Sobre a formação profissional, a única educação formal destinada aos pescadores atualmente ocorre com o Curso de Habilitação de Pescador Profissional (POP) da Marinha do Brasil, obrigatório para o registro como aquaviário. Não há, contudo, a continuidade desses estudos, sendo um desafio para a política de educação profissional.

Tais observações de campo indicam demandas dos povos do mar, que foram apresentadas no intuito de fundamentar a avaliação sobre quais respostas, de fato, o IFCE realiza para essa comunidade.

3.2 A expansão no contexto do IFCE *campus* Camocim

Em 2007, em consonância com a política governamental, o então CEFET-CE estabeleceu parceria e fez gestão estratégica junto à bancada cearense no Congresso Nacional, contando com a participação do Governador do Estado, liberando por meio de emendas parlamentares mais recursos para a segunda fase de expansão, na ordem de R\$ 18,25 milhões, aplicados em 2008 na implantação (obras e equipamentos) de 10 (dez) unidades de extensão, dentre estes os campi avançados menores. Os municípios foram escolhidos pelo próprio MEC, mediante manifestação de interesse por parte das prefeituras municipais, e Camocim aceitou receber um campus avançado, de menor porte, tendo a metade do orçamento de um campus modelo padrão.

O início do IFCE Camocim data de 2007, quando se iniciou a construção do prédio. O *campus* tipo avançado. O *campus* foi inaugurado em 27 de dezembro de 2010 em Brasília, como parte da 2ª fase da Política de Expansão, na transição entre CEFETCE e IFCE. Representou um



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

marco histórico na educação da cidade, ao ser a primeira instituição de ensino pública, presencial, gratuita e federal na região (IFCE, 2015).

Em setembro de 2011 chegaram os primeiros servidores, sendo três docentes e dois técnico-administrativos. Segundo os entrevistados, a forma como foi materializada a política de expansão em Camocim é semelhante aos resultados de outras pesquisas sobre expansão do IF. Em comum, tem-se o ritmo acelerado que iniciou o funcionamento sem a condição ideal, o descompassado face à estrutura existente e a demanda educacional, principalmente em Camocim com o modelo de menor padrão “campus avançado”, sem infraestrutura física adequada de laboratório, de salas, a indeterminação na direção que se iria tomar, dentre outros. Segundo o blog do IFCE campus Acaraú:

A unidade, focada no desenvolvimento dos arranjos produtivos locais, voltados para a área da Pesca e Aquicultura, objetiva a implementação da formação de programas de extensão, de divulgação científica e tecnológica e a valorização da pesquisa aplicada, da produção cultural, do empreendedorismo e do cooperativismo. Descentralizando o ensino da capital, o campus avançado do IFCE em Camocim tem como intuito garantir a fixação dos estudantes em sua região de origem, acabando com a necessidade do camocinense deslocar-se para a capital a fim de dar continuidade aos estudos (Blog IFCE Acaraú, 2011)

Partindo dessas expectativas, realizou-se a aula inaugural no dia 28 de maio de 2012, no auditório do *campus*, iniciando as suas atividades com a oferta dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FICs)⁷. Após o processo de articulação e debate, ocorreu a Audiência Pública Consultiva para definição de novos cursos, no dia 12 de setembro de 2013, às 10h, no auditório do IF. Foi escolhido o curso Tecnólogo em Processos Ambientais, Técnico em Restaurante e Bar, Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, Licenciatura em Química e Letras Português/Inglês.

Observa-se que os cursos na área da pesca representou uma promessa inicial para o potencial da área da pesca em Camocim, mas não se concretizou dentro da agenda institucional do IFCE, e assim apenas o curso Tecnólogo em Processos Ambientais se aproximava indiretamente e poderia contribuir com os povos do mar. Internamente, propôs-se como alternativa atividades de extensão como cursos FICs para a área da pesca, mas não cursos regulares.

⁷ Iniciou-se as atividades com a oferta dos cursos FICs de Formação de Merendeira Escolar, Capacitação Comunitária em Ostricultura e Recepcionista de Eventos, os quais beneficiaram 75 (setenta e cinco) pessoas da comunidade.

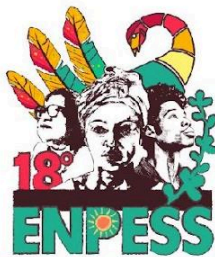
De acordo com a pesquisa documental, houve uma consulta à população da região acerca dos cursos de maior interesse, e no resultado dessa consulta, os cursos da área da pesca aparecem com poucos votos perante os jovens de ensino médio da região, ou seja, a juventude não vislumbrava a área profissional da pesca, enquanto sucessão dos pescadores mais antigos. Além desse fato, esteve em debate na gestão a concretização de cursos formais para os pescadores, tendo em vista as características dos povos do mar de sazonalidade, e assim, a provável não adaptação à organização pedagógica do IFCE.

Assim, este estudo aponta que, mesmo sendo uma instituição centenária, o IFCE em sua interiorização passou por dificuldades estruturais e pedagógicas. Em seu histórico, o campus escolheu os seus cursos de forma democrática com audiência pública, mas desvirtuou a expectativa inicial de trabalhar com a área da pesca. Dessa forma, a coerência institucional entre os objetivos de desenvolvimento local e a experiência da política na prática em Camocim, se deu em parte. Isso porque o governo federal preconiza uma política com finalidades e objetivos grandiosos, tais como a identificação de problemas e criação de soluções tecnológicas para o desenvolvimento local e regional, inovação tecnológica e redução das desigualdades sociais, mas, em contrapartida, oferta investimentos limitados. Tais características limitam os resultados da implementação da política no contexto local.

3.3 Uma síntese avaliativa

Apresenta-se aqui os resultados da avaliação, trabalhados neste estudo de acordo com o contexto da pesquisa, como o propósito de sair do plano conceitual do texto da política e adentrar no plano da prática, no mundo real da política, para melhor analisar e avaliar a política de expansão do IFCE, nos termos da avaliação experiencial de Lejano (2012), junto aos povos do mar em Camocim. Comparam-se os objetivos de desenvolvimento, preconizados pela política de expansão dos IF's, à experiência da política junto ao contexto dos povos do mar em Camocim/CE. Ou seja, avaliar a estrutura institucional do IF, formada por suas normas, fundamentos e legislação da expansão dos IFs frente ao campo da prática, do arranjo produtivo da pesca, desenvolvido pela comunidade tradicional dos povos do mar no bairro Praia em Camocim-CE.

De forma detalhada, o Quadro 1 estabelece a relação entre o texto da política e os indicadores de resultados da avaliação, utilizando o Plano de Expansão da Rede Federal de



Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

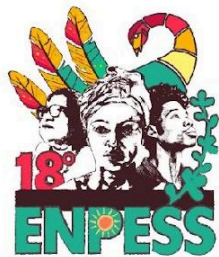
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Educação Tecnológica (2005), a Lei de criação dos IFs (2008) e o documento “Concepções e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica: política da EPT 2003- 2010” (2010).

Quadro 1 – Resumo Avaliação IFCE e desenvolvimento dos povos do mar

POVOS DO MAR/DIMENSÃO	TEXTO DA POLÍTICA	O QUE MUDOU COM A EXPANSÃO DO IFCE EM CAMOCIM
<p>DIMENSÃO HISTÓRICA</p> <p>A presença de indígenas Tremembés e Tabajaras (primeiros povos do mar); fama do excelente porto; A cidade se ergue à beira-mar (bairro Praia); Porto e estação ferroviária desenvolveram Camocim;</p>	<p>- Os IFs, em sua concepção, amalgamam trabalho-ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que, necessariamente, devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento. (MEC/SETEC, 2008, p.34)</p>	<p>- Projeto de extensão “Trilhas Urbanas: Camocim, um pote de histórias” (suspensão);</p> <p>- Não há projetos específicos do IFCE para os povos do mar.</p>
<p>DIMENSÃO ECONÔMICA</p> <p>Camocim enquanto maior produtora de pescado, mas com a produção em declínio; Parcerias não vantajosas; desigualdade nas relações econômicas da pesca;</p>	<p>- (Lei 11.892) Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (BRASIL, 2008);</p> <p>- (Plano de Expansão) (...) olhar fixo na realidade local, nas potencialidades estratégicas traduzidas pelos Arranjos Produtivos Locais e no compromisso com a inclusão social dos contingentes menos favorecidos (BRASIL, 2005)</p>	<p>- Para os estudantes do IFCE pertencente aos povos do mar, a instituição proporcionou a perspectiva de inserção no mercado de trabalho (fora do setor pesca) da maioria dos entrevistados;</p> <p>- Elevação de renda das mulheres participantes do “Minicurso de aproveitamento de pescados: uma perspectiva de culinária local” para as famílias dos pescadores, para complementar a renda da família;</p> <p>- O <i>campus</i> contribuiu com o desenvolvimento econômico da atividade da pesca de forma incipiente.</p>
<p>DIMENSÃO LABORAL</p> <p>Maior e mais antiga colônia de pescadores (1.000 pescadores); Pesca artesanal sem inovação; profissão de alto risco com histórico de acidentes e naufrágio; embarcações tradicionais; não sucessão da profissão de pai para filhos</p>	<p>Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais (BRASIL, 2008);</p>	<p>- Pesquisas sobre o trabalho dos pescadores artesanais;</p> <p>- Não há projetos específicos do IFCE para o aprimoramento da pesca, sobretudo a pesca artesanal;</p> <p>- Diálogo embrionário com os atores sociais da pesca;</p>



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<p>DIMENSÃO EDUCACIONAL</p> <p>Baixo nível de escolaridade; abandono escolar; possui apenas um curso preparatório;</p>	<p>(Plano de Expansão) Ampliar a área de atuação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que formarão e educação cidadãos críticos e profissionais competentes, com autonomia ética, política, intelectual e tecnológica;</p> <p>- (Plano de Expansão) Implantar EPT nos estados ainda desprovidos destas instituições, além de preferencialmente em periferias de grandes centros urbanos e municípios interioranos, distantes de centros urbanos, cujo cursos estejam articulados com as potencialidades locais de mercado de trabalho (BRASIL,2005);</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação do IFCE <i>campus</i> Camocim em 2010; - Os pescadores desconhecem a atuação do IFCE; - Os familiares dos pescadores são os que mais procuram o IFCE; - Oferta de 2 cursos técnicos e 3 superiores público, gratuito e presencial; - Oferta de Cursos FICs Ostricultura e Aquicultura; - Oferta de Minicurso de aproveitamento de pescados: uma perspectiva de culinária local” com familiares dos pescadores; - Não há cursos para os pescadores; - Presença de pescador em projeto de extensão de Letramento Avançar; - Não há estratégias de adaptação do ensino do IFCE aos pescadores; - O <i>campus</i> não conta com o eixo tecnológico Recursos Naturais
<p>DIMENSÃO CULTURAL</p> <p>Tradições culturais, processões, regata, Salão de Artes, Aniversário da Cidade; dança do coco, reisado, dominó, bingo, conversas nas calçadas, praias, capoeira; Patrimônio imaterial (paisagem do porto das canoas) barcos artesanais que já não existem mais em outros lugares do mundo.</p>	<p>Na compreensão de seu trabalho coletivo, os Institutos Federais reúnem, da diversidade sociocultural, princípios e valores que convergem para fazer valer uma concepção de educação profissional e tecnológica em sintonia com os valores universais do homem, daí a importância de assegurar, nos Institutos Federais, o lugar da arte e da cultura (BRASIL, 2010)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo ao grupo de dança de coco de praia; - Projeto Capoeira e Letramentos de Resistência; - Apoio no evento Salão de Artes; - Novas metodologias pedagógicas que articulam ciência, tecnologia e cultura; - Não há projetos do IFCE específicos para os povos do mar.
<p>DIMENSÃO SOCIAL</p> <p>Pescadores “heróis”; Relação social “desconfiada”, atividade</p>	<p>Os novos Institutos Federais atuarão em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estudantes filhos de pescadores com acesso à Assistência Estudantil do IFCE;



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

majoritariamente masculina; filhos detentores de sabedoria popular e perfil participativo dentro do IFCE; condição social de renda;	integral do cidadão trabalhador (...) a política pública estabelece-se no compromisso de pensar o todo como aspecto que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica e cultural) e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional, dentre outras). (BRASIL, 2010)	- Estudantes filhos de pescadores bolsistas do IFCE em pesquisa extensão; - Não há projetos do IFCE específicos para os povos do mar nas temáticas dos direitos humanos e sociais (gênero, raça etnia, diversidade sexual, etc)
DIMENSÃO SAÚDE Alcoolismo, acidentes de trabalho,	A educação profissional e tecnológica, enquanto política pública estratégica de Estado, estará articulada com um conjunto de outras políticas públicas que estão em curso, tais como: (...) política de saúde (BRASIL, 2005)	- Estudantes filhos de pescadores com acesso à Assistência Estudantil do IFCE (setor saúde)
DIMENSÃO POLÍTICA Relação com colônia de pescadores, Relação com a prefeitura	A comunicação entre os Institutos Federais e seu território torna-se imprescindível na definição de rumos a ser construídos a partir de uma concepção endógena, sob o ponto de vista de projetos locais (BRASIL, 2010)	- Diálogo embrionário com os atores sociais da pesca; - Fortalecimento da parceria com a Prefeitura.
DIMENSÃO AMBIENTAL Poluição da praia	Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008)	- Projeto de Limpeza das praias e mangues; - FIC Agentes de desenvolvimento socioambiental; - Projeto de monitoramento da água Bhoia (suspensão).

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Assim, analisando o deslocamento institucional da política para o contexto do IFCE *campus* Camocim e dos povos do mar do bairro Praia, a pesquisa identifica indicadores de resultados positivos, pontos críticos e possíveis mudanças na implementação dos cursos. Os resultados positivos foram: ampliação do acesso à educação profissional pública, presencial, federal, com professores qualificados; a mudança do perfil discente, com a entrada da primeira geração dos povos do mar com acesso ao nível superior; maior participação dos discentes, com saberes populares do meio ambiente; mudança de vida dos estudantes dos povos do mar; concepção de EPT, que considera a formação teórica relacionada à prática; o aumento do número de atividades de extensão com oferta de cursos FICs e limpeza das praias; e maior compromisso



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de alguns servidores com os discentes e seu contexto. Esse objetivo geral da política de expansão da EPT foi, em boa parte, coerente no contexto de Camocim, tendo em vista que o *campus* está em processo de estruturação.

Os pontos críticos da avaliação foram: expansão precarizada; ausência do eixo tecnológico da pesca e desvio da proposta de trabalho inicial; os projetos de pesquisa e extensão para os povos do mar teve alcance limitado frente ao potencial da instituição; os pescadores mantêm a sua prática profissional da mesma forma quando o IFCE chegou à cidade; poucas atividades educativas para os pescadores e aprimoramento da pesca; dificuldades de dialogar com os atores sociais da pesca; poucos profissionais comprometidos com o trabalho nas comunidades; proposta pedagógica não flexível para oportunizar o acesso do pescador a um curso regular no IF; o IFCE é pouco conhecido perante os pescadores. Isso leva a considerar alguns pontos para a mudança da implementação da política a nível local, que são: maiores investimentos; o maior diálogo com a comunidade da pesca; oferta de cursos para os povos do mar e para pescadores; organização institucional para garantir o acesso desses sujeitos ao ensino formal; e garantia de uma mudança coletiva da pesca, além da mudança de vida pessoal.

4 Considerações Finais

Esta avaliação, considerando as condições de vida dos povos do mar, reconhece a necessidade do IFCE *campus* Camocim de fortalecer sua organização interna e apoio mútuo a fim de elaborar um projeto institucional amplo, que tenha a perspectiva de desenvolvimento para os povos do mar, no sentido de Furtado, elevando as potencialidades culturais, sociais, laborais e ambientais, não se limitando quanto à formação e mudança individual dos sujeitos. Orientar-se para os povos do mar, portanto, significa ao IFCE atentar para afirmar uma atuação que articule ensino, pesquisa e extensão, adaptando-se e respeitando a cultura local e os saberes populares, por meio de projetos mais flexíveis, articulados e com mais parcerias, com respeito à sua autonomia (BRASIL, 2010).

REFERÊNCIAS

ARCARY, V. **Uma nota sobre os Institutos Federais em perspectiva histórica**. [S.l:s.n], 2015. Disponível em: <https://sinasefe.org.br/memoria/2015/03/23/valerio-arcary-lanca-artigo-sobre-institutos-federais/>. Acesso em: 07 ago. 2018.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BRASIL. Ministério da Educação. **Chamada Pública MEC/SETEC n.º 001/2007**. Chamada pública de propostas para apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II. Brasília, 2007b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital_chamadapublica.pdf. Acesso em: 1 abr. 2020.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 29 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 07 ago.2018.

_____. Ministério da Educação. **Concepções e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica: política da EPT 2003- 2010**. Brasília: SETEC/MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcao-ediretrizes&Itemid=30192. Acesso em: 11 ago.2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina: texto para discussão** n. 274. São Paulo: FGV, 2010.

FURTADO, C. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Nacional, 1980.

GIL, A. C. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GUSSI, A. F. **Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica**. Desenvolvimento em Debate, v. 4, p. 83-101, 2016.

Instituto Federal do Ceará. **Referenciais de atuação dos Profissionais de Assistência Estudantil. (Volume I)**. Diretoria de Assuntos Estudantis. Fortaleza, IFCE, 2016.

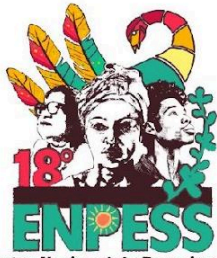
LEJANO, R. P. **Parâmetros para análise de políticas públicas: a fusão de texto e contexto**. Campinas: Arte Escrita, 2012.

PEREIRA, E. M. ; ALBUQUERQUE, C. S. . **Transformações contemporâneas e política educacional no Brasil: formação profissional em Serviço Social na experiência do IFCE**. Revista Labor , v. 1, p. 80-94, 2015.

REZENDE, S. M. **Uma década de avanço em ciência, tecnologia e inovação no Brasil**. In: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira; FREITAS, Gleiciane. **Historiando Camocim**. Sobral: Edições UVA/Global Gráfica, 2017. v. 2000.

SANTOS, Jailson Alves dos. Política de expansão da RFEPCT: quais as perspectivas para a nova territorialidade e institucionalidade? In **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento** / Gaudêncio Frigotto, organizador. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. 320 p.

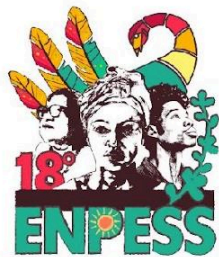


Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

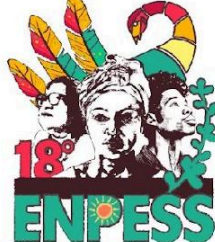
SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, v.12, n.34, p.33-38, jan. abr. 2007.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**